

O jogo dos governadores

Os governadores de Estado que se consideram lesados com a apresentação da proposta orçamentária para o próximo ano passaram decididamente à ofensiva, ameaçando o governo federal com graves represálias. Nessas, a rigor, não atingem apenas o presidente José Sarney e os ministros João Batista de Abreu e Mailson da Nóbrega, mas todos os brasileiros, inclusive as populações de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Maranhão, cujos governadores apóiam a investida do sr. Newton Cardoso contra a União.

Na verdade, como já tivemos oportunidade de dizer, o que está em jogo não é a capacidade de os Estados pagarem ou não 25% da dívida externa refinanciada desde 1985 pela União, via Banco do Brasil ou outras agências. Trata-se de reduzir o déficit público a algarismos aceitáveis pela comunidade financeira internacional e compatíveis com os propósitos de combate à inflação. Por mais que se queira separar uma coisa da outra, o déficit público está associado à inflação. Isso por um lado; por outro, para ser justo, é preciso não perder de vista que o déficit público se compõe dos diferentes descompassos financeiros existentes entre receita e despesa registrados ao nível da União, e também dos Estados e Municípios. O que os governadores pretendem é que o Tesouro Nacional continue financiando as agências federais que pagaram as dívidas dos Estados no momento de seus vencimentos, e que os tesouros estaduais tenham folga suficiente num ano que é importante por ser o da eleição presidencial e, mais do que isso, por ser aquele que antecede a eleição de governadores. Ditas as coisas de outro modo, os atuais governadores querem ter disponibilidade de caixa para ou realizar

obras que os auxiliem a fazer seus sucessores, ou os habilitem a concorrer ao Senado, em 1990. O problema, infelizmente, como se vê, é marcadamente eleitoral.

A proposta que o governador Newton Cardoso levou ao presidente Sarney é singela: do que devem, os Estados pagarão em 1989 apenas 10%, e não os 25% estipulados na proposta orçamentária. A ameaça feita é igualmente simples: ou o Executivo revê o projeto de orçamento ou o Congresso poderá derrubar a parte referente à rolagem da dívida dos Estados, com o que a União arcará com o ônus de refinarciar 100% dela.

Os dados são crus, e as posturas rígidas, porque a decisão do caso envolve interesses políticos de vulto. Possivelmente, o ministro João Batista de Abreu tenha sido um tanto severo ao reclamar que os Estados se lembrem de pagar a quarta parte daquilo que devem. Cabe ver, porém, que ameaçar a União com a possibilidade de ela vir a arcar com ônus ainda maiores, como está fazendo, sorridente, o governador Newton Cardoso, é levar a sério demais — correndo o risco de ser considerado sedicioso — as funções de governador zeloso pelo destino de seu Estado.

Dissemos em comentário anterior que parte da dívida dos Estados talvez tenha sido contraída a pedido dos governos federais do período autoritário, que se valem da oportunidade oferecida pela existência de projetos de empresas públicas estaduais para conseguir cambiais com que pagar os juros da dívida externa do Brasil. As dívidas contraídas nessas circunstâncias não foram todas, no entanto. Acontece, porém, que desde 1985 os Estados não pagam o que de-

vem; ademais, muitos governos estaduais não só deixaram de atender ao serviço de sua dívida externa, como não saldaram compromissos em cruzados assumidos no mercado interno para com as sobras de caixa realizar obras que permitam aos governadores dizer que estão trabalhando.

Governar com dinheiro alheio, que os particulares não podem cobrar por falta de recursos legais hábeis, ou movidos por patriótico fervor público, é fácil. Da mesma maneira que foi fácil, durante muito tempo, governar tendo os bancos estatais dos Estados como bancos emissores de segunda linha. Essa faculdade de buscar no Banco Central o que era preciso para fazer obras e nomear apaniguados felizmente cessou. Agora, o governo federal deseja pôr cobro à outra válvula pela qual se esvai o dinheiro público, e reclama dos governadores dos Estados que façam sacrifício, pagando em cruzados um quarto da dívida que contraíram. Infelizmente não pode obrigar as autoridades estaduais a saldar em dia seus compromissos seja com a iniciativa privada nacional, seja até mesmo com a Eletrobrás, que vê prejudicados, dessa forma, seus planos de investimento.

É contra a decisão do governo federal de pôr a casa em ordem que os governadores protestam. Poder-se-ia até alegar que a União quer rigor dos Estados, quando é incapaz de administrar corretamente sua própria casa. Nisso concordaríamos todos. O que não se pode esquecer, no entanto, é que ninguém poderá acusar o governo federal de perdulário (que é), ou de incapaz de administrar a crise (que parece ser) se não se dispõe a dar sua parcela de sacrifício político.

Resta ver se o presidente Sarney resistirá às pressões dos governadores.